

Introdução

Ilsyane do Rocio Kmitta

No dia 22 de maio, o professor doutor Carlos Fico da Silva Júnior, da UFRJ, ministrou a aula inaugural do ano de 2014, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – PPGH/UFGD, cujo tema foi “A atualidade do golpe de Estado de 1964”. O professor Carlos Fico é bacharel em história pela UFRJ, mestre em história pela UFF, doutor em história pela USP, onde também fez um estágio de pós-doutoramento em 2006/2007. É professor titular de História do Brasil na UFRJ e pesquisador do CNPq. Criou o Centro Nacional de Referência Historiográfica na UFOP, juntamente com Ronald Polito, e coordenou o Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ entre 2002 e 2006. É o atual Coordenador da Área de História da CAPES.

A entrevista que segue, foi concedida as pesquisadoras Ilsyane e Suzana, numa manhã fria e chuvosa do inverno douradense, nas dependências da Faculdade de Ciências Humanas – FCH/UFGD, abordando questões pertinentes aos mais diversos aspectos relacionados à história, memória e historiografia do golpe de 64, e o trabalho da Comissão da Verdade, temas abordados na palestra proferida pelo professor na aula inaugural.

A transcrição da entrevista foi realizada pela Prof^a Suzana e a revisão feita por Ilsyane, e mantida na íntegra, foi encaminhada ao Prof. Fico para os devidos ajustes, no entanto, poucas foram as adequações necessárias no que tange aos ajustes, mantendo-se o texto inicial, conforme transcrição.

Entrevista

REHR: *Estamos aqui com o professor Carlos Fico, um dos pesquisadores mais*

renomados do país da temática ditadura militar. Obrigada professor pela sua disponibilidade para esta entrevista. Gostaríamos, inicialmente, que o senhor fizesse um balanço desses 50 anos do golpe, o que se pode dizer hoje do golpe, em termos de pesquisa e conquistas?

CF: Olha, a pesquisa sobre ditadura militar é muito expressiva no Brasil nos diversos programas de pós-graduação brasileiros, mas a pesquisa do golpe em si não é muito grande, então eu tenho dito que há muito a se pesquisar sobre o golpe de [19]64. E há algumas coisas que o recuo temporal permite, especialmente os temas tabu, temas limite, como essa questão polêmica do apoio de parte da sociedade ao golpe de [19]64. Então nesses 50 anos, o que a gente tem visto é o debate no que diz respeito à participação dos setores civis no chamado golpe militar e a abertura de acervos documentais novos que possibilitarão ainda o enfrentamento dessas questões concernentes ao golpe. É isso que eu acho que precisa ser feito, ainda há muita pesquisa a ser feita sobre o próprio golpe, sobretudo aqueles momentos anteriores ao golpe e os meses iniciais após o golpe e isso vai ser possibilitado com os acervos documentais que começam a ser pesquisados.

REHR: *Que acervos são estes professor?*

CF: O material dos órgãos de informações são muitos volumosos, mas dizem respeito ao período posterior a [19]69. Em relação ao golpe, existem fundos documentais que precisam ser trabalhados como o do CGI, a comissão Geral de Investigação que foi montada para acompanhamento dos inquéritos policiais militares e que ainda é desconhecido. A própria trajetória de personagens centrais como Lacerda, Magalhães Pinto, Ademar de Barros, o Congresso Nacional, isso não é muito pesquisado. Mesmo a imprensa, a atuação da imprensa durante o golpe, ela é tratada de uma maneira muito superficial. Então a gente não tem pesquisa significativa sobre isso. Outros fundos documentais dizem respeito ao golpe nas diversas cidades e estados. A gente tem informação mais sobre São Paulo, Rio, Porto Alegre, Brasília,

mas o impacto do golpe pelo Brasil afora foi muito grande. A repressão que se seguiu ao golpe também é desconhecida. A gente espera que a Comissão da Verdade vá divulgar um relatório com muitos dados, como, por exemplo, dos navios que serviram de presídio para as prisões em massa que foram feitas, os casos de tortura que foram feitas imediatamente após o golpe, deposições arbitrárias de políticos... São temas que precisam ser pesquisados, alguns dizem respeito a fundos documentais que outrora eram sigilosos como esse da CGI mas outros não, dizem respeito apenas a questões que ainda não foram valorizadas ou pesquisadas.

***REHR:** Gostaria que, se possível, que o professor fizesse um breve balanço da produção historiográfica sobre o período e também sobre a participação de segmentos civis, tema ainda controverso na articulação do golpe.*

CF: As principais teses que explicam o golpe de 64 existem já há muitos anos. Uma das principais veio do campo do marxismo com o trabalho do René Armand Dreifuss, do final dos anos 70 e que tem aquela leitura gramsciana, relacionada ao papel dos empresários no golpe, mas existem muitos trabalhos que depois surgiram em contraposição à pesquisa de perspectiva marxista. Esse trabalho teve esse componente frutífero, digamos assim, de suscitar controvérsias. E algumas dessas controvérsias geraram explicações sobre o golpe muito interessantes como daqueles autores como Gláucio Soares e outros que privilegiaram o papel dos militares e isso deu muito desdobramento como pesquisas feitas pelo CPDOC e também, sobretudo cientistas políticos que não satisfeitos com essa leitura marxista, foram buscar no campo da política mesmo, da política partidária, no papel do Congresso Nacional, as razões para o golpe de 64, como na famosa tese do Wanderley Guilherme dos Santos sobre a paralisia decisória, que teria sido a razão para o golpe de [19]64. Todas essas teses explicativas são já de alguns anos, final dos anos 70, anos 80, mais ou menos até o início dos anos [19]90. O que surgiu depois foi realmente os que foram buscar outros sujeitos relevantes como setores da sociedade civil. Estudos como da Aline Presot sobre as marchas da família com Deus pela liberdade, Mais recentemente a pesquisa da Denise Rollemberg sobre o papel instituições como a OAB e ABI nessa configuração social de apoio à derrubada de João Goulart. Então as principais teses

explicativas são essas. Existem também leituras mais tradicionais, de natureza factual que valorizam os momentos anteriores à derrubada de Goulart, como sendo as causas do golpe de 64, como a do jornalista como Elio Gaspari. Então há muitas teses, digamos assim, que buscam explicar o golpe e a minha expectativa é que doravante haja mais pesquisas com acervos novos. Com informações de dentro da própria conspiração e provavelmente haverá mais documentos sendo revelados brevemente pelo Departamento de Estado norte-americano e isso vai trazer luz para esses episódios e personagens que atuaram no período imediatamente após o golpe.

REHR: *Sobre a abertura de Arquivos da repressão e a criação da Comissão da Verdade, fala um pouquinho sobre isso?*

CF: Isso não afeta o estudo do golpe. Esses arquivos da repressão foram se constituindo centralmente depois do AI 5, depois de 68, então a maior parte desses acervos abrange o período pós AI 5. A documentação que há, relativa ao período do regime, é essa da CGI e uma ou outra coisa do SNI. Alguma coisa do Conselho de Segurança Nacional. A documentação secreta sobre o golpe vai surgir no governo norte americano, porque a embaixada norte americana acompanhava muito detidamente essa conjuntura de crise anterior ao golpe, e a gente tem notícia de documentos que serão liberados. Também na Inglaterra há documentos com esse perfil. Enfim, a documentação que ainda existe sobre o golpe não é exatamente a documentação afetada pela Lei de Acesso à Informação. Em relação aos trabalhos da comissão da Verdade, a gente tem notícias desses levantamentos sobre os navios presídio e imagino que a equipe que está ajudando a Comissão da Verdade esteja levantando outros dados, espero que sim, sobre aquele período. Mas são informações disponíveis na imprensa ou depoimentos, e documentos de natureza variada, porque naquele momento não havia essa estrutura dos órgãos de informação, que se constituem só depois do AI 5.

REHR: *Ontem foi interessante quando falou sobre uma memória confortável*

com relação ao golpe. Eu gostaria de ouvir sua avaliação sobre esse saudosismo do regime militar e também a convocação agora, das marchas da família, a convocação de novas marchas e os pedidos de intervenções das Forças Armadas [contra o avanço comunista]. Essa falta de conhecimento incomoda e como a historiografia [produção historiográfica] apesar de ser tão ampla, não atingiu seus objetivos no que tange a essas questões?

CF: Eu sou um pouco otimista em relação a isso. Eu acho que em função da Comissão da Verdade, da Lei de Acesso à Informação, tem havido um interesse grande da sociedade em relação a esse assunto, grande não, mas maior do que foi outrora. Inclusive a imprensa tem tido um papel de destaque, grandes descobertas em sido feitas pelos jornalistas com base na **lei de acesso a informações**, investigações incríveis que foram feitas. Eu distinguiria o estabelecimento dessa memória confortável, apaziguadora, de que, afinal, a ditadura não assim tão grave, dessas manifestações de pequenos setores conservadores saudosistas em relação à ditadura. Eu acho que essas manifestações são pouco expressivas, não creio que haja, na sociedade brasileira, um saudosismo conservador em relação à ditadura. Quando eu falo em memórias confortáveis me refiro a uma auto percepção da sociedade de se ver como vítima da ditadura e portanto que afasta a realidade de que setores, alguns setores da sociedade, apoiaram o golpe e mesmo o regime militar. Mas isso não tem revertido numa adesão, por exemplo, a essas iniciativas de setores da direita que convocam marchas e fazem manifestações desse tipo que acabam sendo até um pouco folclóricas. Não creio que isso tenha um impacto muito grande. Mas eu sou otimista em relação a isso. Por exemplo, os 50 anos do golpe levaram muitos jornais a como a FSP, Globo e outros a fazerem sites, materiais de muito boa qualidade e isso possibilita ao professor da educação básica, recursos didáticos interessantes. É um tema que tem apelo para o jovem, para o estudante. Então o professor da educação básica interessado em ensinar esse assunto, que é um assunto que desperta atenção entre os jovens, ele hoje em dia tem mais recursos que no passado. Provavelmente nos próximos anos vão surgir livros didáticos, eu mesmo estou escrevendo um livro didático sobre a história do Brasil do período mais

contemporâneo. Eu acredito que este tema será mais recorrentemente abordado na educação básica, no ensino fundamental e com material de maior qualidade. Não só material didático, mas material proveniente desse acesso à informação, do tratamento dessa informação, sobretudo agora nesses 50 anos do golpe.

REHR: *Professor, pegando um gancho aqui nos jornais, na imprensa, como que o senhor analisa o mea culpa feita pelo jornal O Globo, sobre a atuação dele em 64?*

CF: O jornal O Globo fez um editorial nesse sentido e isso retrata duas coisas importantes: uma de natureza corporativa e outra de natureza social. A de natureza corporativa tem a ver com a enorme dificuldade que as Organizações Globo, tanto o jornal quanto a emissora de TV, têm para trabalhar. Hoje em dia, por exemplo, durante as manifestações sociais, esses jornalistas são muito hostilizados pela população. Eles já nem saíam mais com os emblemas, carros, as equipes que tradicionalmente usavam e que os identificavam como repórteres da TV Globo. Não sei se o editorial foi produtivo porque a imagem da TV Globo e do jornal O Globo como apoiadores do regime militar é muito forte e isso talvez até tenha tornado improdutivo o editorial. Não sei avaliar, mas o que eu percebo é um certo descrédito, uma impressão negativa diante dessa autocrítica. Mas há outra questão que não é de natureza corporativa, mas social: esses pedidos de desculpas ou perdão vão se tornando frequentes. E provavelmente isso tem a ver com uma pressão da sociedade ou setores da sociedade, da militância dos direitos humanos de exigirem a responsabilização das pessoas, no sentido de apontarem o papel que esses órgãos de imprensa tiveram. A FSP também fez um editorial nesse sentido, um editorial até um pouco estranho, mas, enfim, isso mostra que essas demandas, sobretudo da militância dos direitos humanos, têm gerado consequências. A consequência mais emblemática, por assim dizer oficial, é da própria Comissão da Anistia, que, de uns anos para cá, além das indenizações, passou a fazer sessões públicas durante as quais pede perdão àquelas vítimas que estão sendo indenizadas, em nome do Estado brasileiro. Isso é um movimento típico da justiça de transição e nesse sentido é positivo. Ou seja, como

resposta a essas demandas por justiça, reparação, verdade inculpação de responsáveis. Embora talvez nem seja tão produtivo assim do ponto de vista das empresas que tiveram de reconhecer que se posicionaram de maneira equivocada e nem sempre esse reconhecimento reverte numa facilitação para os seus trabalhos. Mas não deixa de ser um aspecto interessante de mudança, no sentido de que este tema está em debate e está tendo alguma repercussão, coisa que até muito recentemente não havia. Por exemplo a questão da mudança de nomes de logradouros públicos, monumentos e escolas. Você começa a ouvir aqui e ali reclamações nesse sentido. Nada disso havia no Brasil. Aquele movimento dos jovens que fazem os chamados “escrachos”: todos esses movimentos, pedido de perdão, mudança de logradouros, escrachos, tudo acontece em outros países já há algum tempo. Na Argentina, Espanha, por exemplo, e no Brasil não acontecia. Então a gente vê que está acontecendo algum tipo de mudança.

***RHER:** Quais então seriam suas recomendações para quem pesquisa ou pretende pesquisar a ditadura militar, o golpe civil militar.*

CF: Eu acho que alguns aspectos já foram bastante pesquisados. Por exemplo, a atuação da esquerda é bastante conhecida, bastante pesquisada. Mas há outros aspectos que ainda precisam ser trabalhados. Um deles é esse que começa a ser pesquisado, que é, digamos, o enfoque regional sobre o golpe a ditadura com um todo. Há acervos estaduais dos Dops, das imprensas locais, dos jornais que podem e devem ser pesquisados porque essa realidade nacional é pouco conhecida. Como eu disse, há mais conhecimento sobre o eixo Rio-SP, de modo que este é um campo muito promissor e viável para quem, por exemplo, faz um trabalho de pós-graduação em História em algumas dessas regiões do Brasil. Outra coisa é a pesquisa sobre o golpe em si, os momentos que antecederam o golpe, como por exemplo a eleição de 1962 é um momento fundamental para compreender a campanha de desestabilização de que foi vítima João Goulart. É um quadro eleitoral que seria muito importante conhecer. E apesar de toda propaganda contra Goulart, os candidatos que foram oposição a ele não foram muito bem-sucedidos. A gente sabe que essa campanha de

desestabilização não foi muito bem-sucedida, mesmo às vésperas do golpe, há pesquisas que mostram que Goulart era muito popular. Então, como é isso? Setores da sociedade apoiaram a derrubada de Goulart mas, ao mesmo tempo, pesquisas de opinião mostram que ele tinha apoio. Isso está mal estudado e a gente tem aí os mapas eleitorais, as pesquisas do Ibope e tudo isso precisa ser melhor conhecido. Há diversos aspectos que ainda vão demandar muita pesquisa. Há documentação dos órgãos de informação posteriores a 69, todo esse aparato de repressão, o papel das pessoas comuns, o cotidiano das pessoas comuns, como é que as pessoas viviam, quem eram essas pessoas da sociedade brasileira, que não eram, por exemplo, da esquerda? Elas apoiavam o golpe, o regime militar, elas eram apáticas em relação a isso? Durante o milagre brasileiro porque houve tanto apoio popular ao regime militar? Isso também é pouco pesquisado. O papel das pessoas comuns, a correspondência dessas pessoas, alguns desses acervos é possível recuperar. Há muitos campos a explorar, não apenas a partir dos documentos chamados secretos, que hoje não são mais secretos, mas também a partir desses outros enfoques. A gente precisa muito de uma renovação do olhar em relação à ditadura, que não se resuma só ao confronto entre a repressão e a esquerda revolucionária. Há uma série de campos. Por exemplo, a gente fala muito dos órgãos de repressão, mas esquece da documentação de ministérios fundamentais, como do Ministério da Fazenda, ministérios que tratavam das obras públicas, as “obras faraônicas”, como é que foi a construção da ponte Rio-Niterói, da Transamazônica? Há poucas pesquisas sobre isso, não dizem respeito à repressão mas dizem respeito a aspectos fundamentais daquele período. As “obras faraônicas”, o milagre econômico, as pessoas comuns... Não apenas há demandas e possibilidades de pesquisas decorrentes da abertura de novos acervos como há também enfoques temáticos que demandam um olhar diferenciado daquele período. Acho que isso é muito frutífero.

***REHR:** Prof. Uma última pergunta... seu último livro é destinado a um público mais amplo, extra acadêmico e o Sr. acabou de dizer que está elaborando um livro didático sobre a ditadura militar. Como é que o Sr. analisa o ensino desse tema, ditadura militar, na escolas até hoje?*

CF: Isso é uma coisa muito complicada, você sabe que eu nunca dei aula na educação básica, no ensino fundamental, não conheço essa realidade, mas nos últimos anos eu tenho visto, tenho pensado a respeito. Tenho tido a necessidade de me aproximar dessa realidade. Por razões óbvias, na medida em que é preciso dedicar-se a isso, qualificar a juventude, aprimorar o ensino dessas temáticas, aproveitando o que as pesquisas acadêmicas tem de melhor. Mas além dessa disposição, digamos mais política e acadêmica, também tenho como uma vontade pessoal, de mudar. Eu tenho tido muito interesse na história pública, no ensino de história, no debate com o grande público sobre esses temas. Acho que isso tem me atraído profissionalmente, como vontade de renovação, mais do que continuar fazendo pesquisa acadêmica. Então eu tenho recebido menos orientandos de pós-graduação e tenho me dedicado mais a esse projeto e isso envolve inclusive minha atuação em redes sociais, enfim, esse tipo de atuação tem me atraído muito. Há alguns meses eu recebi o convite de uma editora para fazer um livro didático, não é só sobre o golpe mas desde o suicídio de Vargas até os dias atuais. Vamos ver até quando vai isso. Provavelmente até o governo Lula, não sei ainda, estou planejando entregar até o início do ano que vem. Então isso tem me atraído muito como desafio profissional de mudança. Eu sou aquele típico de pesquisador que nunca coloquei os pés numa escola. Jamais. Eu me graduei e, naquela época, as universidades contratavam professor auxiliar, aquele professor que nem tinha o mestrado. Eu comecei a fazer o

mestrado já como professor universitário, de modo que nunca tive experiência alguma com a disciplina escolar da história. E agora, às vésperas da minha aposentadoria, eu tive essa vontade que se associa também a essa percepção política que mencionei, a necessidade de compartilhamento com o grande público não especializado da pesquisa acadêmica. Acho que é mais ou menos isso, uma vontade de renovação.

REHR: *E sobre a polêmica do livro didático do colégio militar, que trata da História. Como vê esse debate, sobre o golpe, a ditadura...*

CF: Anos atrás um jornal fez uma matéria e me entrevistou porque havia sido lançado ou reeditado, não lembro bem, livros para as escolas militares nos quais o golpe e o regime militar eram tratados de maneira benevolente. É uma caixa preta, eles têm autonomia total. Eles têm esse ensino tradicionalista e tratam de maneira muito benevolente o golpe e o regime militar. E naquela entrevista eu disse que de fato eles tratam de maneira benevolente e eles têm autonomia para fazer assim. Esse é um aspecto do problema. Mas sabe o que eu achei pior? Nem foi o fato de eles terem falado em “revolução” ou que a ditadura foi boa, mas é que eles são muito ruins como material didático. Os outros assuntos, mesmo quando tentam ser mais críticos. É uma história factualista, positivista, de heróis, um material muito ruim enquanto história propriamente dita. Isso me incomodou mais do que a maneira como eles tratam o golpe. Isso não chega a ser surpreendente, teria de haver uma solução, obviamente, para o problema do ensino nas escolas militares que ainda tenta salvar a pele da ditadura. Mas é gravíssimo o fato de que os livros são péssimos, de péssima qualidade, comparados com o material didático utilizado nas escolas em geral.

REHR: *Professor, mais uma vez, em nome dos editores da Revista Eletrônica História em Reflexão, agradeço pela gentileza e disponibilidade de nos conceder a entrevista. Obrigada.*